

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Bancada armada

Com o incentivo do presidente Jair Bolsonaro (PL), mais um grupo entra com força na política. São os CACs (coleccionadores de armas, atiradores esportivos e caçadores), que se tornaram o maior grupo armado do País. Bolsonaro tem recebido lideranças e pré-candidatos do movimento no Palácio do Planalto para gravar vídeos e tirar fotos manifestando apoio a esses aliados, que somam forças com boa parte da bancada evangélica, que tem participado das marchas para Jesus, com forte exposição de campanhas armamentistas, como foi o caso do Espírito Santo, onde um revólver gigante identificava a posição dos manifestantes.

Meta é criar novo partido

Maior grupo armado do País, os CACs lançam 34 candidatos ao Congresso. Pretendem eleger governadores e representantes nas Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, em Brasília, e para o futuro a meta é criar um partido político.

Primeira experiência nas urnas

É a primeira vez que esse agrupamento, que supera todas as polícias militares em quantidade de membros e em arsenal, se organiza nos estados, e com o Palácio do Planalto para eleger representantes. Com incentivo do governo à política pró-armamento, o total de CACs registrados saltou de 117.467, em 2018, para 673.818 este ano; mostra levantamento do Estadão. O montante supera todos os 406 mil policiais militares da ativa que atuam em todo o País, e ainda é maior que o efetivo de cerca de 360 mil homens das Forças Armadas.



GIL COHEN-MAGEN/AFP/JC

Hierarquia Militar

A movimentação política dos CACs é vista por policiais e especialistas em segurança pública com certa restrição. Argumentam que seus integrantes não possuem a hierarquia do meio militar, e suas maiores referências são o presidente e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP, foto).

Flexibilizar leis de armamentos

O objetivo do movimento Proarmas é eleger candidatos ao Legislativo, em Brasília e nos estados, para flexibilizar leis. O Estadão identificou 27 candidaturas de armamentistas à Câmara e ao Senado, e políticos regionais que querem formar em Brasília, a "Bancada dos CACs".

Políticos com mandatos

Entre outros, recebem apoio do Proarmas, a deputada Bia Kicis (PL-DF) e o deputado federal gaúcho Onyx Lorenzoni (PL), candidato ao Palácio Piratini. Também tem apoio dos CACs, o deputado Daniel Silveira (PTB-RJ).

Agrupados ao Centrão

Há ainda 23 candidatos às Assembleias estaduais e distrital. Todos estão distribuídos por PL, PMN, Podemos, PP, PRTB, PSC, PTB, PTC e Republicanos, partidos que formam o Centrão.

Empresários aderem a uma nova carta pela democracia

Ex-ministros do Supremo e magistrados também assinaram o texto



Um variado grupo de empresários aderiu a uma carta em tom duro em defesa da democracia brasileira e ao sistema eleitoral nesta terça-feira. O manifesto, que vem sendo gestado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e circula desde a semana passada, ganhou assinaturas de peso no mundo empresarial e financeiro. Entre os nomes estão o de Roberto Setubal e Cândido Bracher (Itaú Unibanco), representantes da indústria como Walter Schalka (Suzano) e de empresas de bens de consumo como Pedro Passos e Guilherme Leal (Natura).

Assinaram a carta ainda Eduardo Vassimon (Votorantim), Horácio Lafer Piva (Klabin), Pedro Malan (ex-ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso), o economista José Roberto Mendonça de Barros e o cineasta João Moreira Salles. Um dos articuladores do texto foi o ex-minis-

tro da Justiça Miguel Reale Júnior. Até ontem, o texto já reunia nove ministros eméritos do Supremo e 259 membros da magistratura. Dos que já se aposentaram da Suprema Corte, constam Carlos Ayres Britto, Carlos Velloso, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Eros Grau, Marco Aurélio Mello, Sepúlveda Pertence e Sydney Sanches.

O texto que ganhou adesão do empresariado não faz menção expressa ao presidente Jair Bolsonaro (PL), mas afirma que o País está "passando por um momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições". Ao citar "desvarios autoritários" que puseram em risco a democracia dos Estados Unidos, a carta diz: "Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão."

A polêmica reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e embaixadores de vários países, na qual o presidente da República colocou

em dúvida o sistema eleitoral do Brasil, impulsionou o movimento de defesa do sistema eleitoral, apesar da dificuldade em se costurar um consenso entre empresários de diferentes inclinações políticas.

O manifesto é inspirado pela Carta aos Brasileiros de 1977, um texto de repúdio ao regime militar, redigida pelo jurista Goffredo Silva Telles, e lida também na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A maior parte dos empresários está nos grupos dos "anti", seja contra a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou Jair Bolsonaro (PR). Desta forma, havia um medo generalizado entre determinados executivos - especialmente os que tendem a apoiar Bolsonaro - que, ao assinar uma carta de apoio à democracia, estariam em direto assinando um atestado de apoio a Lula. Segundo essa fonte, existe uma "multiplicidade de posicionamentos" entre os empresários, mais ou menos como ocorre na população brasileira em geral. Dois atos estão programados para acontecer na manhã do dia 11, ambos na Faculdade de Direito da USP.

TRE e OAB assinam cooperação contra desinformação

Lívia Araújo

politica@jornaldocomercio.com.br

Um acordo de cooperação sobre o combate à desinformação nas eleições foi assinado, na tarde desta terça-feira, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco José Moesch e o presidente da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Leonardo Lamachia, na sede da ordem em Porto Alegre.

O objetivo da cooperação com o Termo de Compromisso pela democracia, segundo o próprio documento, é "reduzir os efeitos nocivos provocados pela disseminação de desinformação" durante o processo eleitoral em 2022.

No evento, do qual participaram membros do pleno do TRE e outros diretores da OAB, Moesch salientou que "o voto eletrônico cumpre seu papel há 26 anos, com segurança e inovações. Em todo esse tempo, ela tem se mos-



JÉSSICA GERBER/OAB-RS/DIVULGAÇÃO/JC

Ato que selou compromisso ocorreu na sede da OAB gaúcha

trado segura".

O sistema de votação brasileiro vem sendo questionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, pressionando, inclusive com projetos de lei quando era deputado federal, pela retomada do voto impresso. Segundo o desembargador, "a desinformação é enfrentada com disponibilidade de informação precisa, clara, suficiente e de fácil compreensão". Para isso, o tribunal mantém cooperação também com instituições

como a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert), para a divulgação de campanhas de esclarecimento.

Lamachia adiantou que a OAB vai retomar a campanha "voto não tem preço, voto tem consequência", relacionada ao período eleitoral, que contará com o lançamento de um aplicativo para smartphone, no próximo mês, onde poderão ser feitas denúncias de quaisquer irregularidades no processo eleitoral.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323